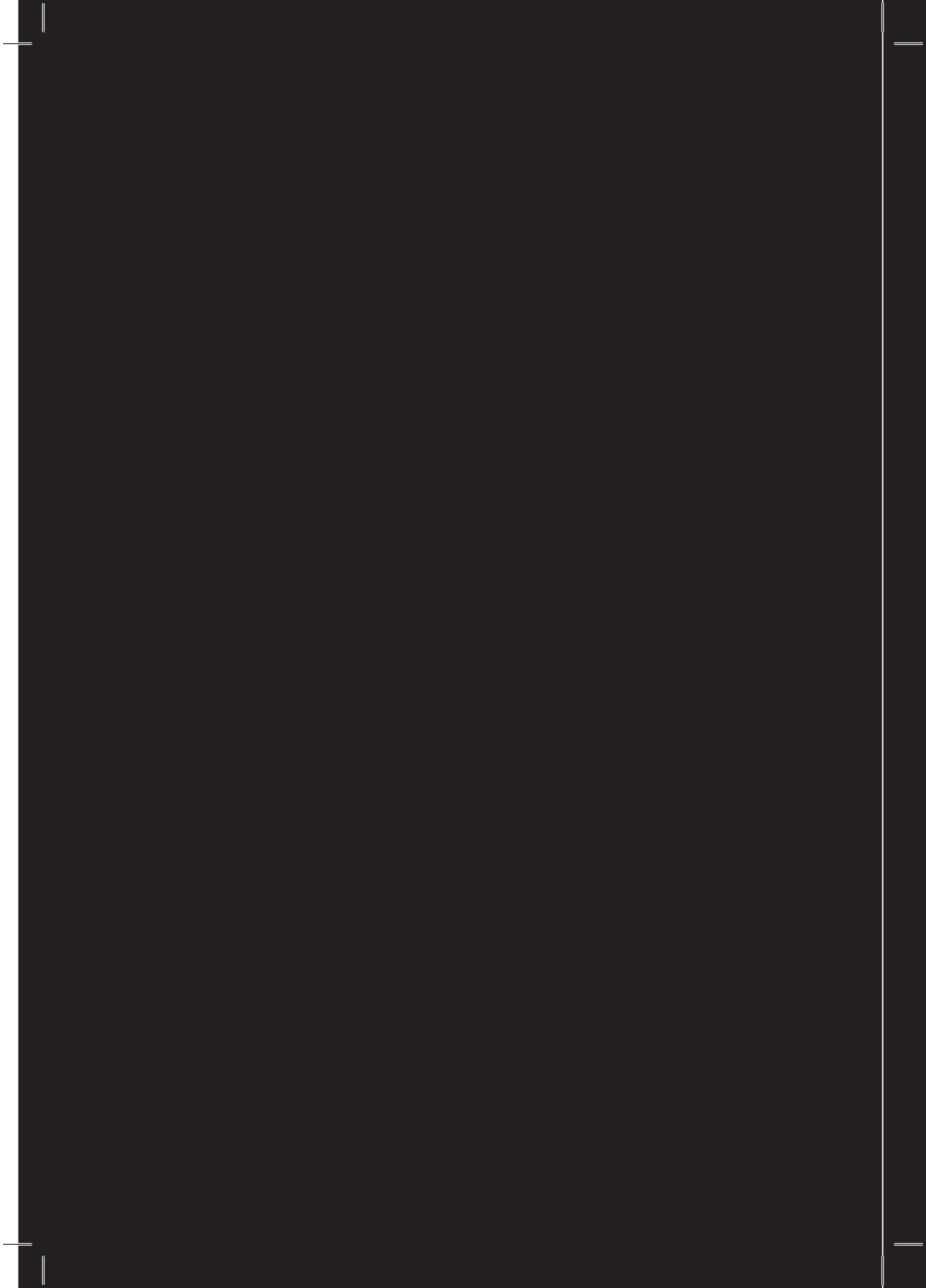


Revista Brasileira de Estudos Políticos



Revista Brasileira de Estudos Políticos

Número Monográfico

DOSSIÊ GIORGIO AGAMBEN:

ENTRE A TEOLOGIA GOVERNAMENTAL E A POLÍTICA QUE VEM

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

A RBEP é editada semestralmente sob os auspícios do Conselho Universitário da UFMG, conforme decisão do Plenário de 29 de fevereiro de 1956.

A RBEP está registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob nº 132, Livro B-1, fl. 21, a 9 de outubro de 1956.

Registrada no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o nº 224.170.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACTS and/or AMERICA: HISTORY AND LIFE; and in HISPANIC AMERICAN PERIODICALS INDEX.

This journal is currently listed in Ulrich's Periodicals Directory, under the following subjects: Political Science, Civil Law and Philosophy of Law.

Pede-se permuta

Pideje canje

We ask for exchange

Man bittet um austausch

On demande l'échange

Si riquiere lo scambio

Este número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS contou com o apoio financeiro da FUNDAÇÃO PROFESSOR VALLE FERREIRA.

Revista brasileira de estudos políticos (RBEP)

- 1956. - Belo Horizonte.

ISSN: 0034-7191

Periodicidade: semestral

1. Ciência política - Periódicos - Faculdade de
Direito da UFMG

CDU - 32

CDU - 320

EDITOR: *Prof. Dr. Andityas Soares de Moura Costa Matos*

ASSISTENTES EDITORIAIS: *Norton Ivon Ugarte e Fernanda Rodrigues e Souza*

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: *Júnior Sena*

IMAGEM DA CAPA: *Artista anônimo. Miniatura do Beato do Escorial copiada em Suso (c. 950-955). O anjo entrega a João a carta para a Igreja de Éfeso (Apocalipse, II)*

IMPRESSÃO: *Imprensa Universitária da UFMG*

TIRAGEM: *1200 exemplares*

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Av. João Pinheiro, 100 - 11º andar, sala 1107 - Centro

30.130-180 - Belo Horizonte / MG - Brasil

Telefax: (31) 3409-8641

<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/index>

rbep@direito.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Revista Brasileira de Estudos Políticos

ORLANDO MAGALHÃES CARVALHO (1910-1998)
Fundador, *in memoriam*

PROF. DR. JAIME ARTURO RAMÍREZ
Reitor da UFMG

PROF^A. DR^A. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA
Vice-Reitora da UFMG

PROF. DR. RODRIGO ANTÔNIO DE PAIVA DUARTE
Pró-Reitor de Pós-Graduação da UFMG

PROF^A. DR^A. AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA
Diretora da Faculdade de Direito da UFMG

PROF. DR. FERNANDO GONZAGA JAYME
Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. MARIA FERNANDA SALCEDO REPOLÊS
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG

PROF. DR. BRUNELLO SOUZA STANCIOLI
Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação
em Direito da UFMG

PROF. DR. ANDITYAS SOARES DE MOURA COSTA MATOS
Diretor da Revista Brasileira de Estudos Políticos

Revista Brasileira de Estudos Políticos
(Fundada em 1956)

Belo Horizonte | n. 108 | pp. 1 - 304 | jan./jun. 2014

CONSELHO CIENTÍFICO EXTERNO

- Prof. Dr. Jean Christophe Merle (Universidade de Saarbrücken, Alemanha)
Prof. Dr. Jorge Miranda (Universidade de Lisboa, Portugal)
Prof. Dr. José Henrique Santos (UFMG)
Prof. Dr. Klaus Günther (Universidade de Frankfurt, Alemanha)
Prof^a. Dr^a. Maria Efigênia Lage de Resende (UFMG)
Prof. Dr. Michel Rosenfeld (Benjamin N. Cardozo School of Law, EUA)
Prof. Dr. Nelson Nogueira Saldanha (UFPE)
Prof. Dr. Newton Bignotto (UFMG)
Prof. Dr. Otfried Höffe (Universidade de Tübingen)
Prof. Dr. Raffaele Di Giorgi (Universidade de Lecce, Itália)
Prof. Dr. Sacha Calmon Navarro Coelho (UFRJ)
Prof. Dr. Tércio Sampaio Ferraz Junior (USP)
Prof. Dr. Ulrich K. Preuss (Universidade Livre de Berlim, Alemanha)

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNO

- Prof. Dr. Antônio Álvares da Silva (UFMG)
Prof. Dr. Humberto Theodoro Júnior (UFMG)
Prof. Dr. João Baptista Villela (UFMG)
Prof. Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca (UFMG)

CONSELHO EDITORIAL

- Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (UFRJ)
Prof. Dr. Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra, Portugal)
Prof. Dr. Alexandre Pimenta Batista Pereira (UFV)
Prof. Dr. Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno (PUC/MG)
Prof. Dr. Arnaldo Bastos Santos Neto (UFG)
Prof. Dr. Bruno Amaro Lacerda (UFJF)
Prof. Dr. Carlos Abreu Boucault (UNESP)
Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra (UFSC)
Prof. Dr. Dimitri Dimoulis (FGV/SP)
Prof. Dr. Florivaldo Dutra de Araújo (UFMG)
Prof. Dr. Geraldo Ribeiro de Sá (UFJF)
Prof. Dr. José Luiz Borges Horta (UFMG)
Prof. Dr. Luís Augusto Sanzo Brodt (UFMG)
Prof. Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira (UFMG)
Prof. Dr. Manuel Atienza (Universidade de Alicante, Espanha)
Prof. Dr. Noel Struchiner (PUC/RJ)
Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (USP)
Prof^a. Dr^a. Salete Oro Boff (UNISC)
Prof^a. Dr^a. Soraya Regina Gasparetto Lunardi (UNESP)
Prof. Dr. Roberto Bueno Pinto (UFU)
Prof. Dr. Thomas da Rosa de Bustamante (UFMG)

Sumário

Revista Brasileira de Estudos Políticos

Número Monográfico

DOSSIÊ GIORGIO AGAMBEN:

ENTRE A TEOLOGIA GOVERNAMENTAL E A POLÍTICA QUE VEM

Editorial..... 11

Autor convidado

Estado de exceção e genealogia do poder
Giorgio Agamben 21

Artigos internacionais

Nuevo derecho, estatalidad, gubernamentalidad
Edgardo Castro 41

El derecho y la economía en las reglas monásticas
medievales: un diálogo con Giorgio Agamben
Fabián Ludueña Romandini..... 63

Ungovernable potentialities
Matthew Calarco..... 93

Políticas de la encarnación: fragmentos para una
genealogía teológica de la Persona moderna

Rodrigo Karmy Bolton..... 123

Artigos nacionais

A multidão contra o Estado: rumo a uma comunidade
inapropriável

Andityas Soares de Moura Costa Matos 145

Giorgio Agamben, liturgia (e) política: por que o poder
necessita da Glória?

Castor M. M. Bartolomé Ruiz 185

Sobre a aclamação político-governamental ou sobre a
indignidade da política

Daniel Arruda Nascimento 215

Violência e racionalidade jurídica: sobre a potência
dos meios

Oswaldo Giacoia Junior 243

Normas para os colaboradores 293

Summary

Brazilian Journal of Political Studies

Thematic Issue

DOSSIER GIORGIO AGAMBEN:

BETWEEN THE GOVERNMENTAL THEOLOGY AND THE COMING POLITICS

Editorial..... 13

Invited author

State of exception and genealogy of power

Giorgio Agamben 21

International essays

New law, statehood, governmentality

Edgardo Castro 41

Law and economy in the medieval monastic rules: a dialogue with Giorgio Agamben

Fabián Ludueña Romandini..... 63

Ungovernable potentialities

Matthew Calarco..... 93

Politics of incarnation: fragments for a theological
genealogy of modern Person

Rodrigo Karmy Bolton..... 123

Nacional essays

The multitude against the State: towards an
inappropriable community

Andityas Soares de Moura Costa Matos 145

Giorgio Agambem, liturgy (and) politics: why does the
power needs Glory?

Castor M. M. Bartolomé Ruiz 185

On political-governmental acclamation or on the
indignity of politics

Daniel Arruda Nascimento 215

Violence and legal rationality: on the potency of the
means

Oswaldo Giacoia Junior 243

Directives for contributions 293

EDITORIAL



Editorial

Contra as misérias da filosofia

Em um momento de indigências filosóficas tão intensas como as que caracterizam o nosso tempo, quando a filosofia parece ter se convertido em um cínico conjunto de receitas para apaziguar a má consciência do capital, não é pequeno o valor da obra de pensadores como Giorgio Agamben, cuja função consiste em denunciar a dureza do poder ao mesmo tempo que a desvela, demonstrando no decorrer desse processo que aquilo que Walter Benjamin previra – a catástrofe, a imersão do planeta na casa da dor – constitui agora a experiência cotidiana da qual todo pensamento crítico deve partir. Portanto, não é por acaso que a obra de Agamben venha sendo alvo de insistentes ataques – normalmente nascidos em instâncias cegas diante da reprodução da catástrofe – desde a publicação em 1995 do primeiro volume da série *Homo Sacer, Il Potere Sovrano e la Nuda Vita*, que o tornou mundialmente conhecido. Tais ataques se articulam em torno de três eixos.

Em primeiro lugar, sustenta-se que Agamben, talvez impressionado por Carl Schmitt e Martin Heidegger – duas de suas principais e contínuas referências – seria um adversário da democracia e com sua obra ofereceria soluções autoritárias e até mesmo niilistas para os problemas da contemporaneidade. Conectada a essa apreciação há um segundo grupo de objeções, que veem em Agamben apenas o arauto de tempos sombrios, um filósofo da negatividade

e da morte que, centrando seus estudos em figuras como o *homo sacer*, a exceção, o muçulmano dos campos de concentração e o neomorto, apresenta uma visão parcial do mundo, deixando de fazer referências ao caráter produtivo e positivo das novas formações biopolíticas e multitudinárias que povoam a reflexão de autores como Antonio Negri e Roberto Esposito que, assim como Agamben, compõem o diminuto grupo daqueles que hoje ainda podem ser chamados de filósofos. Por fim, uma terceira crítica se voltaria contra o próprio corpo da escrita de Agamben, que partindo de associações muito livres entre literatura, artes plásticas, teologia e filosofia, conformaria uma prosa pensante, eis que, segundo esses críticos, Agamben desconsideraria os aspectos metodológicos e as referências históricas que tornam possível a construção de um texto propriamente filosófico.

Ao primeiro grupo de críticas podemos objetar que não é Agamben que se mostra autoritário, mas o mundo da política, do direito e da economia ocidentais que ele resolveu descrever. Sem qualquer laivo positivista, entendemos que ainda é útil separar diagnóstico e prescrição. A hipótese descritiva de Agamben sugere que a experiência político-jurídico-econômica do Ocidente repousa em estruturas autoritárias que desde o início tornaram impossível a existência de algo como uma política verdadeira. As separações entre ser e práxis, reino e governo, *zoé* e *bíos*, entre muitas outras, compõem um cenário no qual a violência sempre presente do Estado e do direito inscrevem o humano em uma teia de dispositivos que constantemente o capturam como vida nua. Notar e fazer notar tal processo não significa referendá-lo; ao contrário, apenas trazendo à luz a natureza radicalmente negativa do real pode-se, se não superá-la, profaná-la, o que nos leva ao segundo grupo de críticas. Não há dúvida de que a maior parte dos textos de Agamben

parte e se debruça sobre a negatividade. Todavia, entender que tal resume sua obra é um enorme equívoco. Assim como acontece com Benjamin, é comum sentirmos nos textos de Agamben uma asfixia que se acumula página a página e somente nos últimos parágrafos cede diante da irrupção inesperada de figuras quase messiânicas, anunciadoras de novos tempos. Nesse sentido, construções como a profanação, a política que vem, o poder desinstituinte, o ingovernável e a potência do não (que não se confunde com impotência) marcam um limiar e um desejo que não se confundem com qualquer negatividade. Por fim, a terceira crítica, segundo a qual o pensamento de Agamben é artístico e poético demais para ser considerado filosófico, temos que sequer pode ser considerada uma reprovação, mas um involuntário elogio. Se a filosofia universitária se converteu em um seco dispositivo incapaz de se conectar à potência originária do pensamento que não conhece limites entre gêneros, tal não representa um problema para Agamben. Todo pensar filosófico é um pensar do espanto, um pensar poético que constrói seu mundo expressivamente. Perguntem aos pré-socráticos, a Nietzsche, a Fernando Pessoa e a todos que estão fora do cânone da chatice.

Como se vê, não é difícil superar as três críticas a que nos referimos, o que, por óbvio, não significa que a obra de Agamben seja perfeita e acabada. Significa apenas que todo labor crítico deve se realizar dentro de uma dimensão mais profunda cujas exigências iniciais são a honestidade (não fingir não entender o que se entende) e a compreensão (não fingir entender o que não se entende), quer dizer, a inserção dentro do círculo sempre mutante de uma obra em gestação e que se constitui mais e mais como uma arqueontologia do nosso presente. Foi esse o desafio apresentado aos autores deste número monográfico da **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS**

Políticos, dedicada a discorrer sobre as relações entre teologia, governo e política e que, por isso mesmo, não encontraria melhor símbolo do que o pensamento de **GIORGIO AGAMBEN**, que abre esta edição com texto inédito em língua portuguesa. Nele o filósofo italiano reflete sobre sua obra e conecta dois pontos do projeto *homo sacer* que, à primeira vista, parecem ser descontínuos, quais sejam, a reflexão sobre a exceção e a pesquisa sobre aquilo que podemos chamar de teologia econômica, tema que vem orientando os últimos trabalhos de Agamben, tais como *Il Regno e la Gloria: Per Una Genealogia Teologica dell'Economia e del Governo*, *Altissima Povertà: Regole Monastiche e Forma di Vita* e *Opus Dei*.

A **SEÇÃO INTERNACIONAL** da revista se abre com um trabalho do **PROFESSOR DOUTOR EDGARDO CASTRO** no qual ele traça uma cuidadosa genealogia do conceito de novo direito em Foucault, bem como discute suas relações com algumas propostas de Agamben e Esposito, passando antes por uma explicitação das ideias de biopolítica e governamentalidade em Michel Foucault. Em seguida, o **PROFESSOR DOUTOR FABIÁN LUDUEÑA ROMANDINI** analisa a noção de economia e direito nas ordens monásticas medievais – tema central para a atual fase do projeto agambeniano –, dando assim um exemplo do que é a verdadeira crítica, eis que a leitura da economia franciscana feita por Agamben acaba sendo contestada. A terceira contribuição internacional é da lavra do **PROFESSOR DOUTOR MATTHEW CALARCO**, que refletindo sobre a noção de dispositivo presente na obra de Agamben, aproveita as potencialidades que sua ontologia ampliada oferece para a profanação – inclusive não-humana – das sociedades capitalistas. Por fim, o **PROFESSOR DOUTOR RODRIGO KARMY BOLTON** discute o paradigma da encarnação, entendido enquanto dispositivo fundante do poder no Ocidente. Para tanto, ele

utiliza os trabalhos de Agamben voltados para a discussão do conceito de glória e as reflexões de Foucault sobre biopolítica e soberania.

O primeiro trabalho da SEÇÃO NACIONAL, de autoria do PROFESSOR DOUTOR ANDITYAS SOARES DE MOURA COSTA MATOS, reflete sobre a possibilidade de surgimento de uma comunidade inapropriável pelo Estado, tendo por base ideias de Agamben, Hardt e Negri, propondo assim um regime de poder horizontalizado ao mesmo tempo *an-árquico* e *a-nômico*, ou seja, não-hierárquico e não apropriador. Na sequência, o PROFESSOR DOUTOR CASTOR M. M. BAROLOMÉ RUIZ encontra na opinião pública moderna a nova face do antigo dispositivo teológico da aclamação, explicando assim porque o poder político precisa ser constantemente glorificado. Em uma linha muito semelhante, o PROFESSOR DOUTOR DANIEL ARRUDA NASCIMENTO, no interesse de perquirir de que modo certos elementos aclamatórios resistem entre nós, reflete sobre a indignidade de toda política ocidental, partindo de uma leitura dos rituais de aclamação necessários à entronização do soberano que, paradoxalmente, deixa vazio o *locus* do poder. O PROFESSOR DOUTOR OSWALDO GIACOIA JÚNIOR fecha a presente edição com uma extensa investigação sobre o caráter essencialmente violento do *nómos*, encontrando semelhanças e diferenças nas obras de Kelsen, Schmitt, Benjamin e Agamben dedicadas a tal temática.

O espanto próprio da filosofia tem alguma afinidade com o assombro de todo aquele que estuda com devoção, mesmo que seu estudo não tenha como objeto primeiro a filosofia. No capítulo “*Idea dello Studio*” da obra *Idea della Prosa*, Agamben ressalta que dentre os legados do judaísmo está a polaridade soteriológica de todo estudo, reivindicada com justiça em uma religião que aprendeu a não celebrar seu

culto, mas a fazer dele um objeto permanente de estudo. Se isso é verdade, a figura do estudioso recebe um novo significado messiânico, já que nela está em questão a redenção, ou melhor, o devir redentor. E assim duas observações precisas têm aí lugar. Primeiro, sendo o estudo algo interminável, está o estudioso condenado a ser incitado por novas demandas toda vez que encontrar um livro, um fragmento, um código ou uma letra eloquente. Cada um deles abrirá um novo caminho que proporcionará um novo encontro. Nada surpreendente para quem já está familiarizado com a hipótese benjaminiana-kafkiana de que o estudo é a porta da justiça, o que vale não apenas para o direito, embora o estar familiarizado com essa hipótese seja o mesmo que nada saber. Segundo, dada a analógica etimologia das palavras italianas *studiare* e *stupire*, é possível entender que quem estuda está na condição daquele que recebeu um golpe e ficou estupefato diante daquilo que o acertou, assombrado com a pancada sempre imprevisível. Quem estuda é sempre também um estúpido; o que o diferencia do estúpido que não estuda é que, tentando recuperar-se dos danos do impacto que foram nele maiores, o estudioso está irremediavelmente à procura de uma conclusão definitiva. Isso explica um pouco a tristeza do estudioso, aquele que anda em zigue-zague e que se mantém amargamente na potência. As acusações de arbitrariedade, pessimismo e vagueza, para usar outras palavras que igualmente figuram nos comentários dirigidos aos livros de Agamben por aqueles estudiosos que, ou não foram suficientemente golpeados, ou já se cansaram dos contínuos golpes, devem também ser lidas nesse contexto. Mas não vamos voltar à carga, permitindo assim que o leitor inicie o estudo que este volume proporciona. Posicionamo-nos contra a miséria da filosofia. A tristeza da filosofia é

um outro sentido possível de sua miséria. Tristeza filosófica que em filosofia política é competentemente substituída pela indignação.

Belo Horizonte e Niterói, 17 de maio de 2014.

Professor Doutor Andityas Soares de Moura Costa Matos
Coordenador desta edição da RBEP
Diretor da RBEP

Professor Doutor Daniel Arruda Nascimento
Coordenador desta edição da RBEP

